

**INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO ENQUANTO AGENTES DE
TRANSFORMAÇÃO E PERMANÊNCIA DA PAISAGEM URBANA**

***INSTRUMENTOS DE PLANIFICACIÓN URBANA COMO AGENTES DE
TRANSFORMACIÓN Y PERMANENCIA DEL PAISAJE URBANO***

***URBAN PLANNING INSTRUMENTS AS TRANSFORMATION AND PERMANENCE
AGENTS OF THE URBAN LANDSCAPE***



Caroline Santos de OLIVEIRA ¹
e-mail: caroline.santosoliveira.arq.urb@gmail.com



Ideni Terezinha ANTONELO ²
e-mail: antonello@uel.br

Como referenciar este artigo:

OLIVEIRA, C. S.; ANTONELO, I. T. Instrumentos de planejamento urbano enquanto agentes de transformação e permanência da paisagem urbana. **Rev. Formação (Online)**, Presidente Prudente, v. 33, n. 00, e026008, 2025. e-ISSN: 2178-7298. DOI: 10.33081/33e026008



| Submetido em: 25/07/2023
| Revisões requeridas em: 12/09/2025
| Aprovado em: 02/02/2026
| Publicado em: 04/08/2026

Editor: Prof.^a Dra. Danielle Cardozo Frasca Teixeira
Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura .

² Doutora em Geografia, Universidade Estadual de Londrina .

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo desenvolver uma discussão acerca de dois instrumentos de planejamento e gestão urbana – Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo e Código de Obras – como agentes legislativos (trans)formadores daquilo reconhecido enquanto paisagem urbana. Para tanto, tem-se a delimitação de dois bairros da cidade de Londrina (PR) como recorte geográfico de estudo: Vila Casoni e Shangri-lá. Ambas as localidades apresentam paisagens, épocas de formação e culturas (i)materiais distintas entre si, carregando signos e significâncias diferentes ao contexto de formação da cidade. Para a realização deste estudo, dotaram-se duas abordagens metodológicas: a empírica, voltada à pesquisa qualitativa e valorização do saber popular (história oral); e a teórica, destinada à investigação conceitual e histórica. Com a investigação, foi possível aferir identidades culturais e costumes de cada área estudada, bem como os reflexos socioculturais na paisagem urbana e, com isso, desenvolver uma análise crítica acerca dos instrumentos, presentes no PDPML (Plano Diretor Participativo do Município de Londrina 2008) e em leis específicas, e seu potencial preservacionista da paisagem cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem. Planejamento urbano. História oral.

RESUMEN: El presente artículo tiene como objetivo desarrollar una discusión acerca de dos instrumentos de planificación y gestión urbana —la Zonificación, Uso y Ocupación del Suelo y el Código de Obras— como agentes legislativos transformadores del reconocimiento del paisaje urbano. Para ello, se delimitaron dos barrios de la ciudad de Londrina (PR) como recorte geográfico de estudio: Vila Casoni y Shangri-lá. Ambas localidades presentan paisajes, períodos de formación y culturas materiales e inmateriales distintas entre sí, portando signos y significados diferentes en el contexto de formación de la ciudad. Para la realización de este estudio, se adoptaron dos enfoques metodológicos: el empírico, orientado a la investigación cualitativa y a la valorización del saber popular (historia oral); y el teórico, destinado a la investigación conceptual e histórica. La investigación permitió identificar identidades culturales y costumbres propias de cada área estudiada, así como los reflejos socioculturales en el paisaje urbano y, a partir de ello, desarrollar un análisis crítico acerca de los instrumentos presentes en el PDPML (Plan Director Participativo del Municipio de Londrina, 2008) y en legislaciones específicas, además de su potencial para la preservación del paisaje cultural.

PALABRAS CLAVE: Paisaje. Planificación urbana. Historia oral.

ABSTRACT: This article aims to develop a discussion on two urban planning and management instruments – Zoning, Land Use and Occupation Regulations, and the Building Code – as legislative agents that (trans)form what is understood as the urban landscape. To this end, two neighborhoods in the city of Londrina (PR), Vila Casoni and Shangri-lá, were selected as the geographical scope of analysis. These localities exhibit distinct landscapes, periods of formation, and (im)material cultures, each carrying signs and meanings that differ within the broader context of the city's development. Two methodological approaches were adopted in this study: an empirical one, focused on qualitative research and the valorization of popular knowledge (oral history), and a theoretical one, dedicated to conceptual and historical investigation. The research enabled the identification of the cultural identities and customs of each area, as well as the sociocultural reflections expressed in the urban landscape. Based on this, a critical analysis was developed regarding the instruments established in the PDPML (Participatory Master Plan of the Municipality of Londrina, 2008) and in specific laws, assessing their potential as tools for preserving the cultural landscape.

KEYWORDS: Landscape. Urban planning. Oral history.

Introdução

O processo de constituição das cidades se deu por meio da ação antrópica configurada nas inter-relações forjadas entre espaço-homem. O ambiente construído, em sua dimensão simbólica e material, por sua vez, carrega intrinsecamente signos vinculados às identidades e culturas dos indivíduos que o conformaram, transformaram e usufruíram. Com isso, os espaços assumem um caráter antropomórfico, refletindo as relações humanas e os corpos que os constituem.

Diante disso, observa-se que “[a]s áreas históricas urbanas se encontram entre as manifestações mais abundantes e diversas do nosso patrimônio cultural comum” (Unesco, 2011, p. 2). Configuram-se enquanto testemunhos de gerações e patrimônio vivo das tradições e dos grupos sociais, sejam nas questões histórico-culturais ou nas político-econômicas. Assim, a paisagem urbana que as cidades detêm se torna um laboratório vivo das ações públicas e privadas, onde os corpos experienciam a *urbe*, reproduzem suas identidades e se enraízam nos lugares.

Compreende-se, assim, que a paisagem assume as “marcas” do processo de projeção dos seres humanos, bem como as relações ideológicas forjadas por eles. A paisagem configura-se enquanto locus das manifestações culturais que, para Sauer (1998), revela as marcas do processo de cristalização das identidades ideológicas – hegemônicas ou não – no ambiente construído no espaço-tempo. “A paisagem cultural é a área geográfica em seu último significado [...]. Suas formas são todas as obras do homem que caracterizam a paisagem” (Sauer, 1998, p. 57). Harvey (2011) remonta tal processo ao afirmar que o corpo, enquanto entidade porosa em relação ao ambiente, internaliza tudo que existe à sua volta, e, da mesma forma, os espaços também introjetam tudo aquilo que lhe é exposto. Com isso, o mundo se torna poroso às culturas enraizadas na paisagem.

O enraizamento desenvolvido pelos cidadãos – condicionante do sentimento de pertencimento – está diretamente vinculado à identificação destes para com o ambiente construído. Segundo Guerra (2019), a autora Simone Weil teoriza acerca do processo de “enraizamento”, resgatando o ideário de que a relação espaço-homem decorre de maneira intrínseca, visto que o

[...] ser humano tem raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, ou seja, ocasionada automaticamente pelo lugar, nascimento, profissão, meio (Weil, 2001, p. 43 apud Guerra, 2019, p. 204).

É por meio desta em que se qualifica a necessidade de identificar os processos de construção do espaço urbano que regem as dinâmicas sociais em meio à *urbe*. Segundo Botelho (2007), a produção do espaço se conforma enquanto componente estratégico para a acumulação do capital, tornando-se artifício por meio do qual as relações de produção e classe se disseminam, renovam e perpetuam em meio à paisagem. Dessa maneira, ocorre uma crescente não-familiarização das pessoas para com os ambientes em que estão inseridas, acarretando uma quebra do reconhecimento e perpetuação das culturas identitárias, visto que os poderes hegemônicos de produção capitalista visam, segundo Corrêa (1989), o acúmulo de capital e veem nas cidades um lugar em que estão reunidas as condições para a proliferação das relações capitalistas, ou seja, as relações de produção-consumo e de classes.

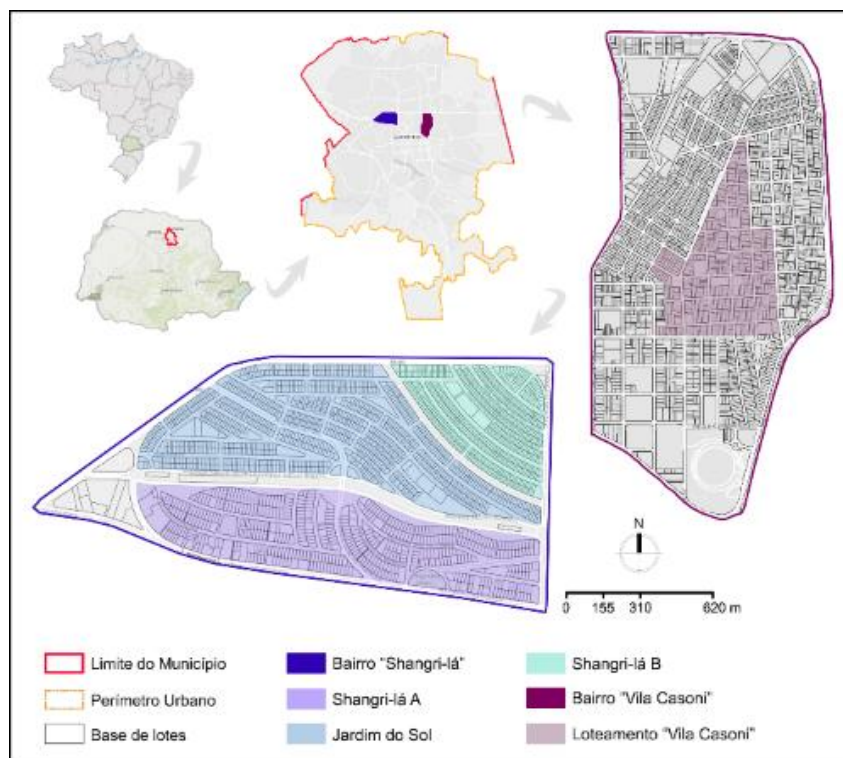
Assim, torna-se importante a identificação das culturas e identidades representadas e refletidas em meio à paisagem cultural, a fim de compreender o processo formativo das cidades, dos indivíduos e as ideologias que permeiam esses processos sociais. Vê-se na assimilação das paisagens patrimoniais urbanas a constituição de imagens e processos inerentes àqueles que usufruem do espaço; uma forma por meio da qual os corpos se reconhecem na *urbe* e, por conseguinte, enraízam-se, criam redes de vizinhança e sentimentos de comunidade.

Nesse sentido, verifica-se a necessidade constante que as cidades possuem de uma assistência técnica, de respaldo jurídico-legislativo, a fim de viabilizar a permanência (ou não) de paisagens culturais, de interesse patrimonial e de signos e valores singulares à história de formação das cidades, bem como às histórias de vida dos usuários.

Diante desse contexto, o presente estudo³, aborda dois bairros de constituições distintas no município de Londrina (PR): Vila Casoni e Shangri-lá (Figura 1), em que ambos apresentam valores afetivos aos moradores e à constituição histórica da cidade. Esses bairros se configuram enquanto reflexos dos processos e linguagens culturais-morfológicas dos agentes sociais que os construíram e também condicionam a pertença à *urbe*.

³ Este artigo é fruto do compilado de resultados obtidos em uma pesquisa de iniciação científica realizada pela primeira autora, sob orientação da segunda autora, entre os anos de 2019 e 2020.

Figura 1 - Localização de Londrina (PR) – Bairro e Loteamento “Vila Casoni”



Fonte: SIGLON. Org.: Elaborado pelas autoras.

O objetivo principal desta pesquisa consistiu em reconhecer os agentes que construíram os bairros, bem como as culturas e ações que se expressam na paisagem, a fim de identificar o caráter patrimonial que as paisagens urbanas dos bairros carregam para a cidade de Londrina (PR). Com isso, torna-se possível avaliar a aplicabilidade de dois instrumentos de planejamento e gestão urbana, especificados no Plano Diretor Participativo do Município de Londrina (PDPML) (Londrina, 2008) e em leis específicas, como agentes de transformação ou conservação e preservação da paisagem urbana, sendo estes: Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo (2015); Código de Obras (2011). Esta prerrogativa torna-se necessária em detrimento dos “bairros que conseguem construir relações humanas próximas e saudáveis, que criam um espírito de comunidade, geralmente se tornam alvos lucrativos de um mercado que sonda a singularidade dos lugares” (Guerra, 2019, p. 209).

Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa, realizou-se uma revisão de literatura e fichamento bibliográfico no campo dos conceitos de paisagem, patrimônio, formação das cidades, produção (capitalista) dos espaços, enraizamento, morfologia e percepções urbanas, e metodologias qualitativas de pesquisa científica, a fim de identificar autores, abordagens e procedimentos aplicáveis à realidade do estudo, assim como levantamentos de campo nos bairros pesquisados.

A aproximação metodológica da pesquisa se estruturou a partir de uma compreensão fenomenológica da paisagem cultural, com apoio na técnica de pesquisa a “história oral”/“história de vida”, por meio da qual se recupera a dimensão sociocultural e se valoriza a percepção individual e intersubjetiva dos usuários, que articulam relações e percepções coletivas. Essa abordagem enfatiza como os indivíduos conhecem os espaços de forma intuitiva, permeando a esfera subjetiva do subconsciente e semiconsciente. “O método fenomenológico é um procedimento para descrever o mundo cotidiano da experiência imediata do homem, incluindo suas ações, lembranças, fantasias e percepções” (Relph, 1970, p. 193 *apud* Nascimento; Costa, 2016, p. 45).

Segundo Bourdieu (2006), as percepções transpassadas pelos relatos orais são fontes intrinsecamente vinculadas aos espaços, visto que as experiências são, de alguma forma ou de outra, vivências espaciais; são movimentos que constroem e se constituem em meio à paisagem, relacionadas diretamente às transformações e permanências dos espaços. O reconhecimento do saber popular a partir das “histórias de vida” se configura enquanto uma validação do ser, do “eu”, das identidades e das culturas sociais nas quais os indivíduos estão inseridos, remontando os enraizamentos que, segundo Weil (*apud* Guerra, 2019), estão diretamente relacionada à essa participação ativa para com os lugares, viabilizando as permanências substanciais e sentimento de pertença para com a paisagem, detendo valores histórico-afetivos para a cidade e, conseqüentemente, para as gerações futuras.

Não obstante, segundo Cullen (2006), as percepções ambientais da paisagem exprimem uma evocação de ordem emocional nos indivíduos, uma vez que os elementos e disposições urbanas provocam impactos diretos à forma de usar, perceber e sentir os espaços-paisagens; com isso, vê-se no reconhecimento da práxis urbana popular a reconstrução dos sentidos de “lugar” e as identificações que permeiam as relações de patrimônios histórico-afetivos, no qual “[...] os usos sociais do passado ao mesmo tempo que confere a cada um o

poder de tomar para si um patrimônio, autoriza-lhes a ver e narrar-se a si mesmo” (Nogueira, 2014, p. 64).

De acordo com Lamas (2004), as cidades resultam de uma identidade construtiva cultural que se conforma nos elementos formais de composição (malha urbana, substrato natural, edificações, tipologias, dentro outros), com transformações no espaço-tempo, ressaltando as permanências e alterações sofridas. Dessa forma, o estudo das linguagens que estruturam as paisagens viabiliza a identificação de tipologias resultantes de culturas e modos de uso dos espaços público-privados; vê-se a morfologia urbana enquanto campo disciplinar de análise técnica que, em conjunto com a abordagem fenomenológica, pode se validar as relações que os indivíduos possuem com os lugares, bem como os signos, características e utilizações que estes impõem aos espaços.

O trabalho de campo desenvolvido, por sua vez, baseou-se na técnica da história oral e na utilização de entrevistas qualitativas em profundidade não-estruturadas a fim de fomentar a memória individual e intersubjetiva que remontam ações coletivas dos agentes sociais, os quais viabilizam os movimentos de permanências dos corpos e da matéria no espaço e na paisagem.

Segundo Thompson (1981, p. 337) a “história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras”. Nesse sentido, a fala dos sujeitos sobre sua história de vida se torna relevante ao se considerar que “[...] as classes hegemônicas da sociedade têm na escrita o seu marco essencial, o seu suporte para contar sua história, e que a classe não-hegemônica, não dispõe das mesmas condições para desenvolver o dom da escrita e contar sobre sua vida” (Antonello, Davi, 2022, p.356). Nessa perspectiva, desenvolveu-se diálogos com indivíduos “chave” – comerciantes e residentes – nos bairros pesquisado. Em um primeiro momento, na Vila Casoni e, posteriormente, no Shangri-lá.

No que se refere ao bairro Vila Casoni, transcorreram-se oito entrevistas efetivadas (Quadro 1), em uma visita de 20 edificações (residenciais e comerciais), localizadas nas áreas que integram o perímetro inicial de formação do bairro. Efetivaram-se três gravações, das oito entrevistas, com respectivas transcrições, sendo as demais cinco sem permissão para gravação, condicionadas a um processo de apontamentos gerais imediatos no decorrer da entrevista e em análises posteriores.

Quadro 1 - Entrevistas qualitativas: Vila Casoni.

<i>Entrevista</i>	<i>Identificação</i>	<i>Residente ® Comerciante ©</i>	<i>Anos no bairro</i>	<i>Situação</i>
1	Mulher / adulta	®	21	Gravada e transcrita
2	Homem / idoso	® ©	Aprox. 30	Apontamentos gerais
3	Duas mulheres / idosas	® ¹ ® ²	73 ¹ / 59 ²	Gravada e transcrita
4	Mulher / idosa	®	Aprox. 60*	Apontamentos gerais
5	Mulher / adulta	® ©	Aprox. 20*	Apontamentos gerais
6	Homem / idoso	®	Menos de 3*	Apontamentos gerais
7	Mulher / idosa	® ©	Mais de 20*	Apontamentos gerais
8	Três mulheres / idosas	® ¹ ® ² ® ³	59 ¹ / aprox. 65 ^{2*} / aprox. 75 ^{3*}	Gravada e transcrita

* Não especificado pelo(a) entrevistado(a)

Fonte: Trabalho de Campo (2020). Org.: Autoras.

Após finalização do processo de análises e identificações referente à Vila Casoni, desenvolveu-se o trabalho de campo centrado ao bairro Shangri-lá, o qual corresponde ao conjunto dos jardins: Shangri-lá A, Shangri-lá B e Jardim do Sol, assim evidenciado na Figura 1. Contudo, em decorrência da pandemia da Covid-19, acometida pelo Coronavírus, em conjunto com o processo de isolamento social na cidade de Londrina (PR), a partir março de 2020, viu-se necessário a utilização de fontes secundárias que abarcassem metodologias de análise, pesquisa e entrevistas qualitativas, visto que o contato direto com os usuários do bairro foi dificultado. Encontrou-se enquanto referências bibliográficas: Cesário (et al. 2016a, 2016b, 2016c) e Oliveira (2016) que têm como bases teórico-metodológicas que “[...] diz respeito à noção de patrimônio ambiental urbano que permitiu apreender o patrimônio histórico e cultural na perspectiva das sociabilidades, dos modos de usos e pelos quais os grupos se apropriam dos espaços e edificações da cidade” (Cesário et al., 2016a, p. 15). Nesse contexto, utilizou-se de relatos orais (Quadro 2) presentes na referida obra, o que proporcionou análises e percepções que se aproximaram da abordagem fenomenológica, nas palavras dos autores:

Aqui, o objetivo é justamente **trazer à tona as memórias inaudíveis** até então, como as que aparecem neste capítulo, ocasião em que podem passar do não dito que muitas vezes caracteriza o mundo privado para a afirmação da liberdade no espaço público, **fazendo emergir memórias esquecidas que irão contribuir para a constituição de uma memória social**. Não mais a partir de um discurso hegemônico, mas, sim, de autorias integradas num fundo cultural e material comum (Cesário et al., 2016c, p. 92-93. Grifo das autoras).

Salienta-se que o enfoque principal da bibliografia se centrou no Shangri-lá A e, em segunda instância, no Shangri-lá B, sendo o Jardim do Sol citado brevemente. Com isso, se realizaram-se 13 visitas presenciais, sendo três no Shangri-lá A, seis no Jardim do Sol e quatro no Shangri-lá B. Todavia, em detrimento do isolamento social, não houve aceite para a realização das entrevistas presenciais. Dessa forma, conseguiu-se entrevistar três residentes do J. do Sol, virtualmente, de forma a buscar uma validação dos usuários menos representados nas bibliografias encontradas (Quadro 2).

Quadro 2 - Entrevistas qualitativas: Shangri-lá.

<i>Entrevista</i>	<i>Identificação</i>	<i>Residente</i> ® <i>Comerciante</i> ©	<i>Anos no bairro</i>	<i>Situação</i>
1	Homem / adulto	®	22 ¹	Apontamentos gerais - virtual
2	Mulher / adulta	®	37 ¹	Apontamentos gerais - virtual
3	Homem / adulto	®	48 ¹	Apontamentos gerais - virtual
4	Mulher / idosa	®	Mais de 20*	p. 107-113**
5	Homem / adulto	©	Não informado	p. 113-116**
6	Homem / idoso	®	38 ²	p. 116-122**
7	Mulher / adulta	®	42 ²	p. 123-129**
8	Homem / idoso	® ©	49 ²	p. 129-133**
9	Mulher / adulta	® ©	Não informado	p. 133-137**
10	Mulher / adulta	® ©	44 ²	p. 137-142**

Ano de referência: 2020¹; 2016²

* Não especificado pelo(a) entrevistado(a)

** CESÁRIO et al. (2016c).

Fonte: Trabalho de Campo (2020); Cesário et al. (2016c). Org.: Autoras.

Ressalta-se a compreensão de “Comerciante” indicado nos Quadros 1 e 2 corresponde aos residentes e/ou usuários dos bairros voltados ao serviço e/ou comércio. Não obstante, o trabalho de campo também se centrou em um levantamento fotográfico e análise morfológica da malha urbana e figura-fundo, a fim de compreender a lógica espacial de ocupação dos bairros, bem como a identificação visual dos níveis de permanência que ocorrem em cada área.

Por meio desta, realizaram-se cruzamentos dos dados obtidos com as promulgações – e alterações históricas – das leis de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo e Código de Obras, vigentes no período em que a pesquisa se desenvolveu, para o reconhecimento desses instrumentos de planejamento e gestão urbana enquanto agentes de permanência e/ou transformação da paisagem (cultural) urbana.

Vila Casoni e Shangri-la: crônica de surgimento e paisagem cultural

A atual cidade de Londrina (PR) teve início a partir da década de 1920, com o desenvolvimento do projeto proporcionado pela Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP. Com gênese em 1929, via-se a necessidade da existência de um núcleo urbano para o êxito do loteamento rural que se iniciara (Fresca, 2002, p. 242). O parcelamento, segundo Cesário et al. (1987), voltara-se ao crescente mercado consumidor, atraído pelas presentes terras férteis, incentivos à cafeicultura e riquezas de matérias-primas – como a madeira – na região. A planta inicial da cidade seguia uma malha urbana tabular, com quadras ortogonais, assemelhando-se à composição em xadrez (Fresca, 2002; Yamaki et al., 2001); tal projeto estendeu-se de 1924 a 1929, enquanto a titulação do núcleo urbano na qualidade de Sede Municipal, na hierarquia administrativa do Paraná, ocorrera em 1934 (Fresca, 2002, p. 243).

Com a instalação da malha ferroviária entrecruzando a área urbana, em 1935, a cidade encontrou-se em um processo de rápida expansão e, em 1936, conforme Fresca (2002, p. 243), “[...] tem-se o primeiro registro da população de menor poder aquisitivo sendo obrigada a residir ‘fora’ da cidade”. Nesse contexto, a Vila Casoni se conformou enquanto um dos primeiros bairros acrescidos à malha urbana da cidade, constituindo-se à margem do domínio da CTNP e englobando parte de uma população emergente, configurada enquanto grupo social excluído dos poderes hegemônicos de posse de terra da Companhia. Com isso, compreender o processo de ocupação e surgimento do bairro permite identificar o curso de crescimento urbano do município, bem como as características culturais, vernáculas, históricas e afetivas que se concretizam em meio à paisagem contemporânea de Londrina.

Segundo Cesário et al. (1988), a gênese do bairro se deu entre os anos de 1935 e 1937, com o deslocamento da Família Casoni – Sr. Domingos Casoni e Sra. Zumira Casoni – de Pirajú (SP) a Londrina (PR). O exercício inicial estipulado às terras de posse dos Casoni, vinculava-se à atividade rural; contudo, devido às dificuldades financeiras para o pagamento da terra adquirida da CTNP, o filho de Jorge Casoni – Domingos C. –, em sugestão do então prefeito Willie Davids e assistência do engenheiro Alexandre Rasgulaeff, parcelou o empreendimento “lote 39” em pequenos lotes urbanos, devido à proximidade com a área daquilo identificado enquanto cidade.

O loteamento, por sua vez, foi seguido pelo pai de Domingos, Jorge Casoni, com o parcelamento da área rural adjacente (“lote 39-A”), originando o bairro Vila Casoni (Cesário et al., 1987). O bairro inicial – efetivado em 17 de junho de 1938, com publicação no Jornal

Paraná Norte, nº 192, no edital da Comarca de Londrina – tornou-se palco para o

Revista Formação (Online), Presidente Prudente, v. 33, n. 00, e026008, 2026. e-ISSN: 2178-7298
DOI: 10.33081/33e026008

estabelecimento dos grupos sociais marginalizados e excluídos, tendo em vista o baixo custo dos terrenos em comparação àqueles comercializados na malha inicial da cidade. Além disso, segundo Yamaki et al. (2001), o loteamento do bairro apresentava continuidade da malha ortogonal da cidade de Londrina (PR).

Domingos Casoni, além de comercializar os lotes, muitas vezes construía casas aos compradores, desenvolvendo assim uma tipologia construtiva comum à imagem do bairro. Tratavam-se de residências em madeira, implantadas no alinhamento da calçada (Cesário, 1987), configurando uma disposição figurativa no bairro. Segundo Comas (2002, p. 10), a cidade figurativa contemporânea corresponderia a “[...] uma cidade de bairros polifuncionais, ruas-corredor, praças-salão, de tecido contínuo e alinhado [...] mas contemporânea”. Observa-se que a Vila Casoni se constitui como tal, mas de forma dissolvida a uma implantação historicamente de caráter rural, apresentando uma figuratividade virtual, na qual a casa constituía a rua, assim como a rua delimitava a casa (Figura 2).

Figura 2 - Uma das casas construídas no alinhamento da rua, pelo pioneiro Domingos Casoni

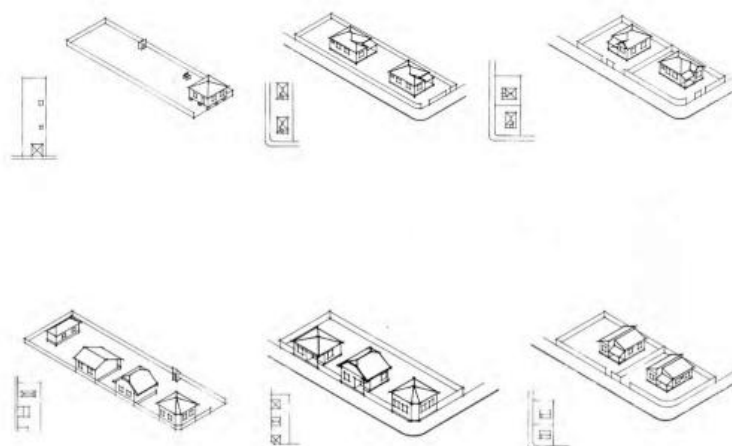


Fonte: Cesário et al. (1987)

Nesse bairro, também foram construídas casas recuadas no terreno, com a presença, muitas vezes, de pequenos muros no alinhamento predial, que viabilizavam maior contato visual e afetivo entre aqueles que residiam no bairro. Formavam-se grandes quintais onde a vida pública e a vida privada se encontravam. Em consonância com a presença de varandas frontais e/ou laterais nas tipologias características às edificações residenciais, ocorriam ações público-privadas em meio à paisagem – como reuniões, festividades e celebrações religiosas –, catalisando o processo de pertencimento, comunidade e vigilância natural. Isso permitiu que os usuários criassem uma rede de comunicação e afetividade que viabilizava o policiamento natural do bairro e, conseqüentemente, da paisagem imaterial (Cesário et al. 1987, 1988).

Gradualmente, com o adensamento populacional, o bairro encontrava-se em processo de crescimento, acomodando um maior contingente de pessoas. Com isso, o número de construções *per* data aumentou, conformando pequenas “vilas” (Figura 3), isto é, a implantação de mais de uma residência e/ou comércio-serviço em um mesmo lote, de forma alinhada ou dispersa (Yamaki et al., 2001). Assim, as relações de vizinhança, bem como ações público-privadas se intensificaram.

Figura 3 - Uma das casas construídas no alinhamento da rua, pelo pioneiro Domingos Casoni



Fonte: Zani (2013).

As casas de madeira térreas, elevadas do solo, muito se conformam na paisagem contemporânea, reavivando as tipologias iniciais do bairro. Em razão disso, outros signos da Vila Casoni resistem e permanecem, como o coroamento horizontal, de caráter triangular, da cobertura em telha cerâmica (Figura 4). Contudo, na atualidade, também é possível observar algumas modificações nessas tipologias materiais que constituem a paisagem cultural. Nos muros (signos de afetividades e vigilância natural), por exemplo, foram acrescentados gradis como forma de almejo de maior segurança.

Figura 4 - Tipologia residencial. Rua Tupiniquins.



Fonte: Trabalho de campo (2020); autoras (2021).

Esses signos construtivos impregnados na paisagem e a “[...] simplicidade na composição volumétrica, aliada à gramática dos seus ornamentos conferem a essas casas qualidades plásticas singulares e dão a essa arquitetura um caráter regional” (Zani, 2013, p. 96), viabilizando uma clara distinção daquilo disforme ao caráter patrimonial que o bairro detém (Figura 5).

Figura 5 - Contraste entre o “novo” e o remanescente.



Fonte: Trabalho de campo (2020). Foto: Autoras (2020).

No que se refere às edificações voltadas ao uso de comércio-serviço, identifica-se uma implantação, segundo Yamaki et al. (2001), quantitativamente centrada nas esquinas de quadras, rentes ao alinhamento predial, remontando a figuratividade das ruas-corredor e polifuncionalidade do bairro (Comas, 2002).

Em oposição à madeira utilizada predominante nas casas, os edifícios de uso comercial e/ou serviços foram construídos com o uso de alvenaria, trazendo à paisagem um caráter geométrico retangular. No que se refere às tipologias, vê-se, por meio do trabalho de

campo desenvolvido, uma predominância nas platibandas de traços que remontam o estilo *art déco* (Figura 6), destacando-se, simplificada, pela apropriação da geometrização dos ornamentos e pela apreciação dos altos e baixos relevos na composição de planos (Castelhou Neto, 2000, p. 69).

Figura 6 - Tipologia residencial. Rua Tupiniquins.



Fonte: Trabalho de campo (2020); autoras (2021).

Falar de Vila Casoni é evocar fortes imagens na *psique* dos usuários; é remontar o processo de crescimento da cidade; é permitir enraizamentos em meio à paisagem cultural, trazendo à tona afetividades, identidades e ações público-privadas que concretizam o bairro; e, não menos importante, dar voz aos corpos que foram “excluídos” da urbe, isto é:

Entender o dia-a-dia da Vila Casoni significa interpretar as suas relações sociais, realçando a importância do passado para o entendimento do presente e do processo de mudança na dinâmica do patrimônio ambiental urbano. O modo de vida do bairro não representa apenas manifestações culturais específicas, mas traduz as relações que mantém com a cidade e a sociedade inclusiva (Cesário et al., 1987, p. 26).

Com o crescimento de Londrina (PR), conforme Yamaki (2003), almejava-se uma transformação da cidade em *urbs* moderna, entendida em contraposição à paisagem da “cidade de madeira” em que se constituía. Os signos de modernização implicavam a valorização da construção “em material”, isto é, em alvenaria. “O decreto 29 de 1939, proibia a construção de casas de madeira nos principais trechos da cidade. Tal preocupação pode ser observada no Código de Obras de 1955, que permitia somente a manutenção nas casas de madeira existentes” (Yamaki, 2003, p. 18).

Segundo Fresca (2002), entre as décadas de 1940 e 1950, a cidade de Londrina (PR) encontrava-se em um processo de rápida expansão, agregando à malha urbana novas paisagens oriundas das recentes vilas localizadas nas “zonas suburbanas”. A constituição considerada “desordenada” — por não seguir as linhas básicas do plano original — e a

intensificação da comercialização dos novos loteamentos levaram o poder público, em 1948, a proibir novos empreendimentos nas adjacências da malha urbana. Mas foi ao longo da década de 1950 que a cidade apresentou maior crescimento e, segundo Cesário et al. (2016a), sob o signo de modernidade. Nesse processo, Londrina (PR) ganhou a importância de centro de comercialização regional de produção e exportação agrícola, e do capital comercial e financeiro, condicionado a cidade aos chamados “anos dourados” (Lopes, 2010; Fresca, 2002).

Neste cenário, de acordo com Lopes (2010, p. 561), com o crescimento populacional, a – necessária – expansão urbana e a acentuação da segregação na cidade, viu-se uma demanda por espaços urbanos com a presença de infraestrutura e equipamentos de consumo coletivo. Com isso, tornou-se de grande importância a regulamentação urbanística para o ordenamento territorial, a fim de controlar a expansão do município, bem como os usos e maneiras de constituição/implantação dos novos e recém-formados loteamentos. Dessa forma, em 1951, à consultoria de Prestes Maia – convite do então prefeito Hugo Cabral – e na utopia de “cidade-progresso”, criou-se a Lei 133/51, a qual promovia o zoneamento dos usos estipulados à cidade, disciplinando e controlando a ocupação da malha urbana, de forma a proporcionar uma estética de produção do espaço urbano (Yamaki, 2003; Lopes, 2010; Cesário et al, 2016a).

De acordo com Amorim (2011, p. 40), esta intervenção na organização social tornou-se um mecanismo de legalização da segregação entre os diferentes corpos sociais “[...] pondo em relevo a vontade das classes dominantes”. Sugeria-se a aplicabilidade das ideias de unidade de vizinhança, cidade jardim, subúrbio/bairro jardim, cidades lineares, dentre outras concepções urbanísticas (Yamaki, 2003; Oliveira, 2016). Propunha-se, na Lei 133/51, um rompimento com a malha ortogonal da planta tabular inicial, valorizando o acompanhamento das condições topográficas do terreno.

Nesse contexto, nasce o primeiro loteamento do bairro residencial Shangri-lá, dando origem ao atual jardim Shangri-lá A, com aprovação em 1952 (Lopes, 2010; Oliveira, 2016). A gênese do bairro projetado em 1951, segundo Castelnou Neto (2000, p. 71), foi encomendado de São Paulo, sendo a Imobiliária Ypiranga responsável pelo empreendimento. A implantação, segundo Cunha (2005), deu-se na antiga Fazenda Camargo – propriedade de Afonso Camargo –, posteriormente denominada de Fazenda Coati.

As propagandas conferiam ao Jardim o título de “Bairro Aristocrático de Londrina”, devido às menções à infraestrutura, configuradas enquanto novidades à nova urbanização da

cidade: “Asfalto, água e luz. Arborização nas ruas, praças e avenidas” (Lamounier, 2006). Shangri-lá significa “lugar paradisíaco” ou “paraíso perdido”; tal nome advém da criação literária de James Hilton, “Horizonte Perdido” (1980), o qual se passa nas montanhas dos Himalaias e seria palco para um panorama e sede de um ambiente de felicidade e saúde. A partir disso, observa-se que as propagandas realizadas evocavam o mesmo ideal.

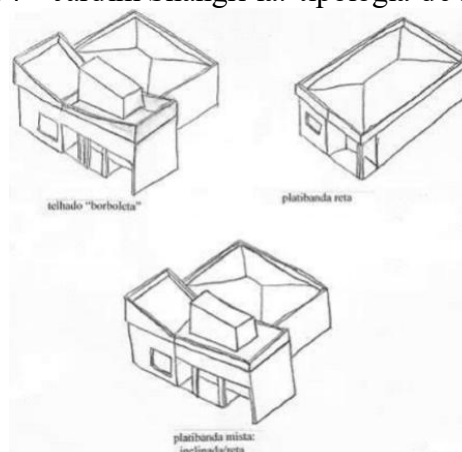
O traçado “orgânico” do bairro, de acordo com Lamounier (2006), retratava diretrizes dos subúrbios-jardins; configurava-se enquanto o primeiro loteamento da cidade a contar com infraestrutura urbanística desde seu momento de concepção, incorporando preocupações sanitárias e estéticas que conferiam caráter aristocrático à paisagem. Além disso, o empreendimento da imobiliária Ypiranga apresentava uma série de praças, em arcos, às margens da ferrovia para que assim possibilitasse um afastamento dos lotes em relação aos trilhos existentes.

De acordo com Cesário et al. (2016b), em concomitância à implantação da primeira parte do bairro, construiu-se o Mercado Shangri-lá, posteriormente elevado a Mercado Municipal. Esta iniciativa teve como pressuposto a criação de um polo residencial autossuficiente, no qual o Mercado se configurava como um espaço de encontro onde as sociabilidades dos corpos se constituíam tanto materialmente – em decorrência da construção – quanto imaterialmente, devido às ações público-privadas que se promoviam. A edificação, inaugurada em 1954, flertava com elementos de composição vanguardistas, sendo uma “releitura” realizada por engenheiros civis do período de uma arquitetura dita modernista. A elevação como representante de um mercado Municipal, demonstrou sua importância à constituição da cidade de Londrina (PR), atendendo demandas de consumo da crescente *urbe*.

Posteriormente, segundo Castelnou (1996, p. 39 apud Lopes, 2010, p. 562), ocorreu a aprovação do Shangri-lá B, em 1955, e do Jardim do Sol em 1959. Via-se, de acordo com Alves (2002, p. 176) e Unfried (2016, p. 101), nesses três projetos, dois públicos-alvo distintos, isto é, dois segmentos de compradores. O Shangri-lá A, com extensos lotes, localizados na parte topográfica mais elevada, voltou-se à emergente dita aristocracia de Londrina (PR), em busca de locais amenos àqueles existentes no contingente urbano entendido enquanto “desordenado” com baixa infraestrutura que configurava o restante da malha. O Jardim do Sol e o Shangri-lá B, por sua vez, correspondiam aos lotes menores, com possibilidade de pagamento em 80 a 100 prestações, abrigo uma parcela da população menos abastada, com crenças e identidades próprias, distintas daquelas do Shangri-lá A.

A paisagem, dessa forma, constituía-se acima da linha férrea (Shangri-lá A) como signo da busca pela modernidade, na qual as casas em alvenaria isoladas no terreno (Figura 7) apresentavam “[...] pilares delgados e grandes vidraças, bem como telhados borboleta (platibanda em ‘V’)” , de acordo com Lamounier (2006, p.192), e acessos principais em rampas serpentinadas, visto que as edificações se encontravam acima do nível da rua, remontando artifícios e composições formais presentes na linguagem moderna. Contudo, devido à grande parte dos projetistas da época serem engenheiros civis, resultaram edificações “contidas”, com apreensões de modo indireto e autodidata dos espaços concebidos enquanto “modernistas” (Oliveira, 2016, p. 42).

Figura 7 - Jardim Shangri-lá: tipologia de fachadas



Fonte: Lamounier (2006)

Em contrapartida, encontra-se no Jardim do Sol e no Shangri-lá B uma predominância de casas em madeira (Figura 8), sendo muitas vezes construídas mais de uma edificação residencial per data. “A fim de saldar mais rapidamente a dívida, os novos moradores construíam mais uma casa ou edícula no lote para fins de locação” (Alves, 2002, p. 176), com isso, originava-se, assim como na Vila Casoni, o modo de implantação em “vila” (ver Figura 3), na qual as delimitações entre propriedades (quando existentes) eram feitas por meio de cercas e/ou pequenos muros. Dessa maneira, desenvolviam-se maiores redes de comunicação entre os usuários dos Jardins, viabilizando uma vigilância natural e uma rede afetiva de senso de comunidade. No que se refere às tipologias, muito se assemelha às composições formais da Vila Casoni, sendo presentes varandas e grandes quintais onde a vida pública e a vida privada se encontram.

Figura 8 - Tipologia residencial em madeira: Jardim do Sol e Shangri-lá B.



Fonte: Trabalho de campo (2020). Foto: Autoras (2020).

O Shangri-lá A, em contraponto à forma como se constituía a vigilância natural dos outros dois jardins do bairro, adotou o processo de “vigilância” a partir da existência do “vizinho solidário”, como uma busca de uma maior segurança aos moradores, não ocorrendo de maneira intuitiva e natural. Isso se dá em razão do bairro apresentar grandes lotes – com as casas isoladas em meio aos terrenos –, que condicionam uma maior quebra das relações público-privadas, catalisando o processo de medo/insegurança urbana.

Observa-se, com isso, o caráter comum de horizontalidade aos três jardins. O coroamento da paisagem evidencia as divergências entre a região acima da antiga linha férrea e a abaixo. A tipologia triangular de telhado de águas com telhas cerâmicas predomina no Jardim do Sol e Shangri-lá B; enquanto o Shangri-lá A remonta os signos de busca por uma modernidade, com edificações em alvenaria e platibandas retangulares e/ou borboleta.

O bairro, num contexto geral, delimitado pelas avenidas Tiradentes, Rio Branco, Leste-Oeste e Brasília, apresenta barreiras estruturais claras, configurando aquilo que Lynch (1960) denominara de “limites”, condicionando as percepções de segregação e/ou imersão no bairro. Já os cruzamentos, majoritariamente em “T” e em “Y”, condicionam os veículos a uma redução da velocidade, bem como restringe o tráfego (Lamounier, 2006, p. 191), contribuindo para um senso de comunidade ocasionado pela valorização do pedestre, estimulando a utilização do espaço público, provendo encontros (e desencontros) em meio à paisagem e viabilizando ações público-privada entre os usuários. Esta composição da malha urbana ocorre devido à disposição das extensas quadras sinuosas, tornando necessária a utilização de vielas entrecruzando toda extensão do bairro, a fim de encurtar distâncias aos pedestres (Lamounier, 2006, p. 191; Oliveira, 2016, p. 40).

Observam-se os signos de modernidade dissolvidos na realidade do bairro por meio da malha urbana, atribuindo um caráter comum aos jardins dentro das divergências que apresentam entre si. Com isso, este “[...] patrimônio modernista londrinense é mais que testemunho do passado; ele mantém-se em permanente constituição; sustenta fortes laços afetivos com a cidade e com seus habitantes. [...]. São memória, história e presente” (Oliveira, 2016, p. 43). Falar do bairro Shangri-lá é dar voz aos diferentes grupos sociais que ocuparam os jardins que o compõem, é relembrar os almejos de modernidade que a cidade produziu e é remontar uma paisagem clara à imaginabilidade dos corpos na *urbe*.

Resultados

Para visualização das características que constituem a paisagem cultural (i)material da Vila Casoni e do Shangri-lá, encontrou-se na pesquisa qualitativa e na técnica “história oral” uma maneira de identificar as reminiscências existentes na *psique* dos usuários do espaço urbano e verificar sua imaginabilidade, viabilizando o reconhecimento das paisagens patrimoniais que a cidade de Londrina (PR) carrega em seu último significado, dissolvidas nas singularidades dos bairros que a compõe.

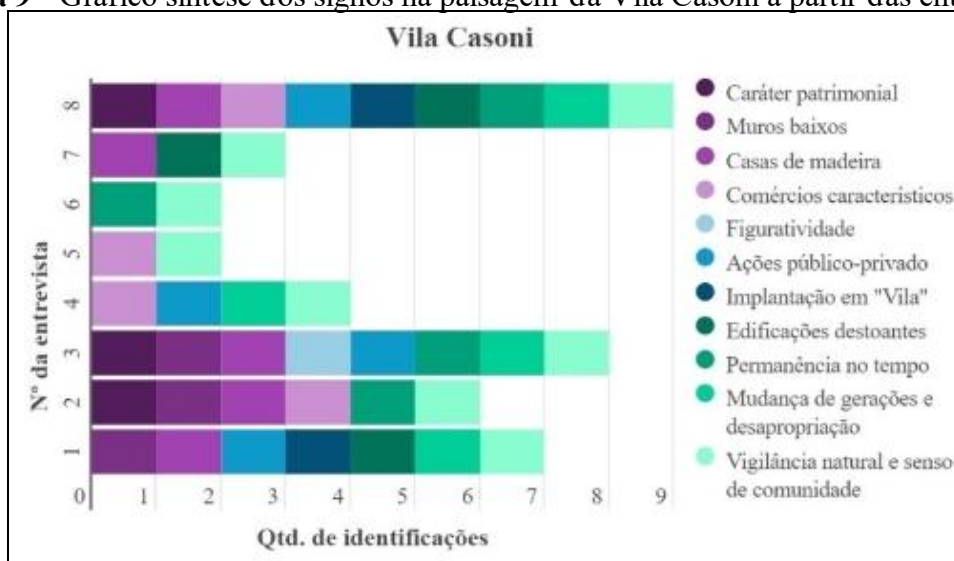
Esta percepção, por sua vez, é reconhecida pelos próprios entrevistados. Segundo a Entrevistada 7 do Shangri-lá A,

É história, desde quando eu era criança até o presente momento... Até me emociono... Por isso que a gente tem brigado tanto por este bairro. Não é simplesmente uma moradia, é uma história de vida, uma história de conhecer pessoas. É história mesmo. Por isso que a gente tá sempre lutando, para que seja um lugar melhor e a palavra certa é: amo o Shangri-lá A (Cesário et al., 2016c, p. 129).

As entrevistas qualitativas foram sistematizadas de forma a encontrar denominadores em comum nos relatos orais, capazes de traduzir os signos de identidade que se perpetuam em cada bairro. Desenvolveram-se dois gráficos síntese (Figuras 9 e 10), nos quais se possibilitou a indicação de cada entrevista pela quantidade de denominadores comuns.

Foram identificados, no contexto da delimitação histórica do bairro Vila Casoni, 11 níveis de signos que constituem a paisagem urbana, sendo estes não excludentes entre si e cumulativos nas falas dos entrevistados (Figura 9). São estes: caráter patrimonial; muros baixos; casas de madeira; comércio característicos; figuratividade; ações público-privado; implantação em “Vila”; edificações destoantes; permanência no tempo; mudança de gerações e desapropriação; e, vigilância natural e senso de comunidade.

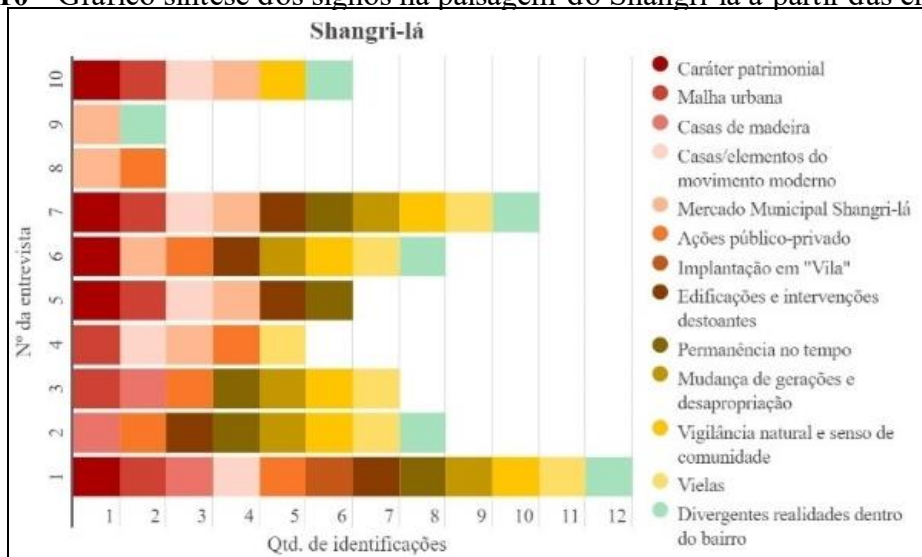
Figura 9 - Gráfico síntese dos signos na paisagem da Vila Casoni a partir das entrevistas



Fonte: Trabalho de campo (2020); autoras (2021).

Essas apreensões foram direcionadas a partir de uma “filtragem” daquilo relatado nas entrevistas com transcrições e apontamentos gerais, permitindo a identificação de características gerais que se aplicam na compreensão da paisagem. Este procedimento foi também direcionado ao estudo do Shangri-lá (Figura 10), com a captação de denominadores comuns singulares a sua realidade, contabilizando quantitativamente 13 signos, sendo alguns palpáveis às realidades (i)materias da paisagem cultural da Vila Casoni.

Figura 10 - Gráfico síntese dos signos na paisagem do Shangri-lá a partir das entrevistas.



Fonte: Cesário et al. (2016c); Trabalho de Campo (2020). Org.: Autoras (2020).

Esta sistematização quanti-qualitativa evidencia a importância das reminiscências da memória e da práxis urbana como fonte primária de pesquisa, validando o saber popular como uma forma por meio da qual as linguagens da paisagem se perpetuam na imaginabilidade dos corpos na *urbe*. A implantação em “vila” e edifícios destoantes na Vila Casoni, por exemplo, são ressaltados pela Entrevistada 1. Nas palavras da entrevistada:

E1: não... foi agora, o ano passado, foi a da frente e do meio, daí no fundo, depois aqui também... do lado aqui, desmanchou também, são 4 casas daí. [...].

C: era tudo num lugar só e tinha...

[C: um único acesso?

[E1: é, esse corredor era 3.

[...]

E1: não, daí fizeram esse... esse hotel aí também... sei lá, aquilo ali eu acho esquisito

[...] (Trabalho de campo, 2020).

Não obstante, o senso de comunidade e vigilância natural, assim catalisados pela presença de muros baixos junto ao perímetro dos lotes, são expostos pela Entrevista 3 do bairro V. Casoni, de forma a atestar as alterações realizadas neste elemento formal de composição (aumento/fechamento dos muros) como condicionante ao processo de individualismo e, por conseguinte, quebra do sentido de vizinhança. Além disso, também identifica a mudança de gerações dos moradores no bairro como forma de desaparecimento das casas de madeira que constroem os signos do bairro em meio à paisagem. Na visão da moradora:

C: mas você acha que teve alguma coisa que influenciou nesse distanciamento?

E3: eu acho que sim né... porque antigamente, esses dias eu tava comentando aqui... eu tenho duas vizinhas só, a de cá e a de lá, que tava conversando com ela, porque a gente tem mais intimidade, as outras é só aí "oi, tudo bem?". Se tá doente, e você sabe que tá doente e você vai perguntar se tá tudo bem... mas não tem aquela proximidade, porque subir os muros criou uma distância maior.

[...]

E3: é que nem esses dias, eu tava comentando, eu falei "sabe o que tá acontecendo com a Vila Casoni? Os moradores velhos tão morrendo tudo! Tá ficando para os filhos né", aí o que os filhos faz? Ou vende, ou reforma... (Trabalho de campo, 2020).

Observa-se, assim, a similaridade destes signos em ambos os bairros, sendo tais características imateriais as formas pelas quais as relações entre os corpos se constituem no espaço, e, com isso, promovem relações público-privadas – algumas também viabilizadas por elementos formais de composição, como as varandas e/ou edifícios singulares, como o Mercado Municipal – de maneira a retratar as culturas e dispor um senso de comunhão e enraizamento na paisagem.

As relações de troca entre corpo-espço permitem que os indivíduos que usufruem da *urbe* identifiquem espontaneamente marcos materiais que, de acordo com Lynch (1960), condizem com elementos pontuais ao observador, com aspectos memoráveis ao contexto, remontando apreensões patrimoniais que as paisagens culturais dos bairros históricos carregam. Este fato pode ser exemplificado a partir da Entrevista 6 do levantamento do Shangri-lá, a qual ressalva que “O Mercado poderia ser considerado um patrimônio, sem dúvida, foi fundado na década de 50 [...]” (CESÁRIO et al., 2016c, p. 122); e pela Entrevista 3, a qual reconhece a Vila Casoni enquanto “um bairro bonito porque é um bairro histórico. Bem dizer... que começou Londrina né” (Trabalho de Campo, 2020).

Os signos de modernidade almejados no período de construção de Londrina (PR), na década de 1950, são exaltados, por exemplo, na Entrevista 5:

Quando o Shangri-lá foi loteado, a propaganda foi feita em torno de alguns apelos que na época eram considerados de vanguarda. Além dessa casa, nós podemos ver várias outras que foram construídas na mesma época, todas com um estilo moderno, porém carregando traços da personalidade de seus moradores (CESÁRIO et al, 2016c, p. 116).

Com isso, validaram-se apreensões desenvolvidas com a análise morfológica, visual e histórica de ambos os bairros a partir das reminiscências de memória dos corpos enraizados na paisagem. É por meio desta em que se torna inerente à preservação da paisagem cultural, de caráter patrimonial, o respaldo técnico legislativo dos instrumentos de planejamento urbano como agentes de permanência e/ou transformação da paisagem urbana.

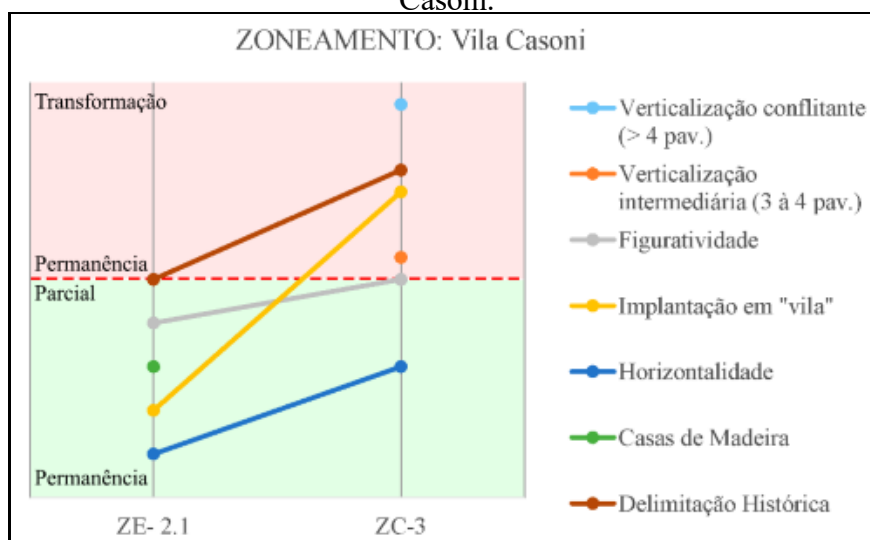
Diante disso, nessa investigação foram definidos, como já mencionados, dois instrumentos de gestão e planejamento para serem avaliados frente às identificações realizadas: Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo (2015) e o Código de Obras (2011). Para tanto, a fim de não se construir uma exposição fatigante acerca de todas as alterações sofridas em cada Lei específica e nas Diretrizes expositivas presentes nos Planos Diretores já promulgados, a sistematização principal centrou-se na legislação vigente no período em que a pesquisa ocorreu – Lei nº 11.381/2011 (Londrina, 2011) e Lei nº 12.236/2015 (Londrina, 2015).

Sabe-se que as promulgações legislativas atuam na esfera material da *urbe*, isto é, delimitam, direcionam, promovem e gerem o espaço urbano de maneira a impor e/ou estabelecer parâmetros urbanísticos que se consolidam nas edificações e nas vias que compõem a paisagem. Assim, ao que concerne às implicações de permanência e/ou transformação que o instrumento Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo – Lei nº 12.236/2015

(Londrina, 2015) – impõe à paisagem cultural, e consequentemente aos corpos dos usuários de ambos os bairros, desenvolveu-se uma sistematização gráfica simplificada (Figuras 12 e 13).

O limite histórico do loteamento gênese da Vila Casoni compreende duas Zonas, sendo a principal a Zona Especial de Ocupação Controlada Casoni (ZE -2.1), que viabiliza a manutenção e permanência das qualidades tradicionais do bairro; e, secundariamente, a Zona Comercial 3 (ZC-3), a qual, em contraponto à ZE – 2.1, viabiliza à zona uma verticalização da paisagem, condicionando uma transformação da imagem consolidada no loteamento histórico (Figura 12).

Figura 12 - Zoneamento - Implicações de permanência e transformação na paisagem: Vila Casoni.



Fonte: Trabalho de Campo (2020); Londrina (2015). Org.: Autoras (2020).

Observa-se, em detrimento do zoneamento definido à parte do bairro atual, uma tentativa preservacionista na zona, de forma a incentivar a aplicabilidade da composição formal histórica.

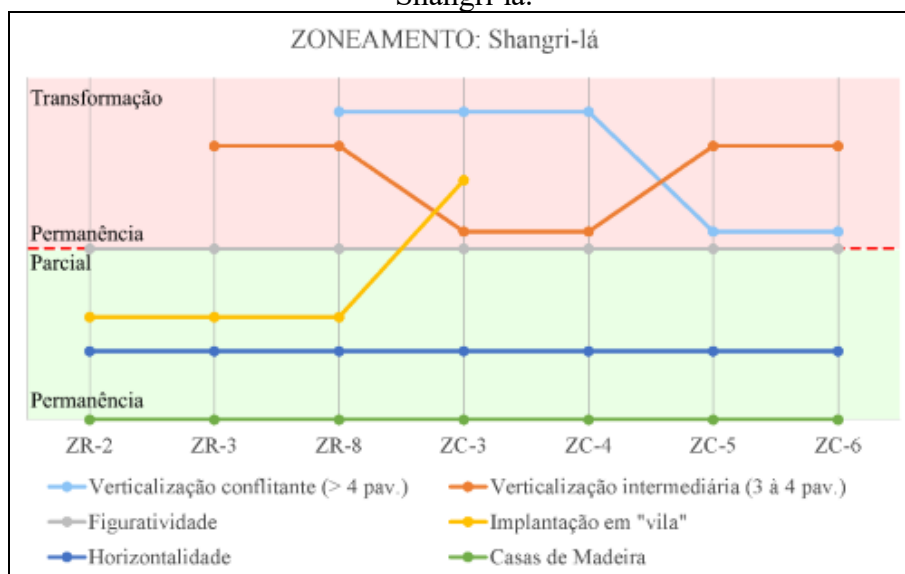
Em contrapartida, no bairro Shangri-lá, tem-se realidades ambíguas entre os diferentes jardins. Na totalidade do bairro, encontram-se diversos zoneamentos que, *a priori*, possuem divergências vinculadas aos tamanhos de lote mínimos. Observam-se similaridades ideológicas impostas pelos parâmetros urbanísticos; sintetiza-se, no Quadro 3, a distribuição de zonas a cada Jardim:

Quadro 3 - Zoneamento por Jardim: Shangri-lá.

Perímetro	Zonas
Shangri-lá A	ZR-1, ZR-4, ZR-5 e ZC-3
Jardim do Sol	ZR-3, ZC-4 e ZC-5
Shangri-lá B	ZR-3 e ZC-5

Fonte: Londrina (2015). Org.: Autoras.

A partir do gráfico de transformação e permanência do bairro Shangri-lá (Figura 13) também se observa uma implicação polifuncional ao bairro, evidenciando um almejo por uma Londrina (PR) de economia em ascensão, além de uma ideologia de *urbe* “moderna” oriunda do processo de verticalização

Figura 13 - Zoneamento - Implicações de permanência e transformação na paisagem: Shangri-lá.

Fonte: Trabalho de Campo (2020); Londrina (2015). Org.: Autoras (2020).

Observa-se uma tendência de verticalização que se sobressai em ambos os bairros (com exceção da zona ZE-2.1), bem como uma crescente valorização da esfera comercial. Esse processo incentiva um ordenamento territorial alinhado à lógica de produção do espaço urbano capitalista, pautado na acumulação de capital, que é intensificada pela inflação imobiliária viabilizada pela verticalização e pelo estímulo à incorporação de grandes empreendimentos comerciais em áreas majoritariamente horizontais e residenciais.

A lógica de almejo por uma *urbe* moderna, guiada pela ideologia capitalista, é remontada no segundo instrumento de gestão e planejamento urbano, foco deste estudo: Código de Obras. Vê-se, segundo Yamaki (2003), na intenção arquitetônica de 1939, a partir

do Decreto 29 (de ordem construtiva), a cobiça e incentivo à utilização de edificações em alvenaria nos principais trechos da cidade. Esta medida implicou a Londrina (PR) um ideário que remonta o uso da madeira para constituição da paisagem enquanto “retrógrado”, visto que apenas as edificações construídas em alvenaria recebiam o título de 'relevante' para a cidade. Nota-se esse paradigma vinculado às duas leis que regulamentam o Código de Obras promulgadas posteriormente (Lei nº 281/55 e Lei nº 11.381/2011). Com isso, tornou-se de grande importância a sistematização de ambas as legislações, visto que a vigência do primeiro Código se estendeu até o ano de 2011, sendo, dessa maneira, constituinte direto da paisagem, com influência intrínseca sobre a Lei nº 11.381/2011.

A partir do Quadro 4, exemplificam-se as implicações diretas e indiretas que a redação dos Códigos trouxeram à realidade da paisagem cultural.

Quadro 4 - Implicações de permanência e transformação na paisagem: Artigos referenciais.

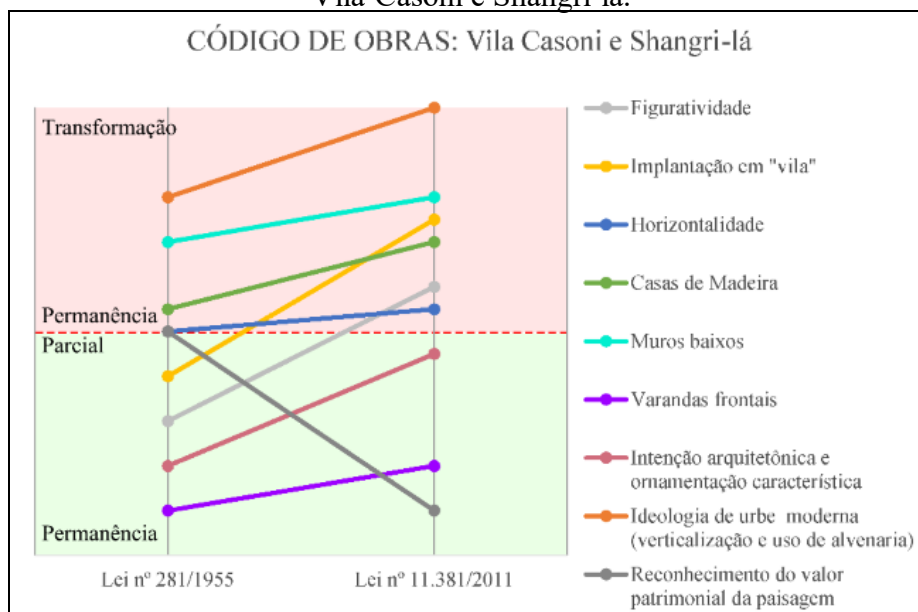
Quadro 4 – Implicações de permanência e transformação na paisagem: Artigos Referenciais.					
Nº da Lei / ano	Referencial de análise	Vila Casoni	Shangri-lá	Referencial de análise	Nº da Lei / ano
		Implicações			
281 / 1955	Ideologia impregnada: íntegra	Urbe moderna (verticalização e uso de alvenaria)		Ideologia impregnada: íntegra	11.381 / 2011
	Art. 8º e 11º	Muros baixos		Art. 104º	
	Art. 52º	Horizontalidade		Lei de Zoneamento*	
	Art. 60º	Varandas frontais		Lei de Zoneamento*	
	Art. 68º, 118º e 141º	Implantação em “vila”		Lei de Zoneamento*	
	Art. 83º	Intenção arquitetônica e ornamentação caracterísitca		Art. 86º	
	Art. 87º, 118º e 121º	Figuratividade		Art. 76º e 80º	
	Art. 112º, 116º e 118º	Casas de madeira		-	
-	Reconhecimento do valor patrimonial da paisagem		Art. 3º, 26º, 33º e 93º		

* O Código refere à Lei de Zoneamento (2015).

Fonte: Londrina (1955; 2011). Trabalho de Campo (2020). Org.: Autoras.

Com os referenciais legislativos identificados, bem como suas implicações materiais e ideológicas, tornou-se possível a mensuração qualitativa de ambos os Códigos de Obras (Figura 14) – assim como na sistematização do Zoneamento (Figura 12 e 13) – de forma a imprimir as qualidades de agente de transformação e/ou permanência da paisagem.

Figura 14 - Código de Obras - Implicações de permanência e transformação na paisagem: Vila Casoni e Shangri-lá.



Fonte: Trabalho de Campo (2020); Londrina (2015). Org.: Autoras (2020).

A sistematização gráfica compreende uma análise sintética das implicações diretas que cada zona e cada instância dos Códigos de Obra determinam; como também identifica as agências subjacentes, isto é, as ações secundárias e ideológicas que as predefinições materiais impõem à paisagem urbana.

Vale ressaltar que a compreensão do uso Residencial Multifamiliar Horizontal em Vilas (RMHV), estipulado na Lei nº12.236/2015 e presente na ZR-2, ZR-3, ZR-8, ZC-3 e ZE-2.1, não compreende em sua totalidade o entendimento de implantação em “vila” apresentado neste estudo, qualificando, assim, uma transformação acerca dos modos de ocupação do solo urbano.

Além disso, apreende-se o conceito de “figuratividade” dos bairros centralizados em duas das determinações que configuram a cidade figurativa, conforme Comas (2002), correspondendo à polifuncionalidade das edificações implantadas, como também da formação de ruas-corredor, por meio da locação junto ao alinhamento predial. Nota-se que a Lei de Zoneamento configura uma permanência parcial deste conceito, visto que se impõe ao processo de edificação no lote a exigência do recuo frontal, sendo permissível apenas o caráter polifuncional. Em contrapartida, no Código de Obras, há uma certa previsão para edificações implantadas no alinhamento, mas que, no Código de 2011, encontram-se maiores impedimentos de sua promoção.

Em observância, o presente estudo não tem por objetivo uma quantificação do processo de pesquisa qualitativa, mas vê na estruturação gráfica uma oportunidade de sistematização sucinta como uma forma por meio da qual se pode expor os instrumentos de planejamento e gestão urbana, evidenciar as redações legislativas com influências (in)diretas e, assim, consolidar uma avaliação do caráter qualitativo, isto é, dos instrumentos enquanto agentes de permanência e/ou transformação da paisagem urbana. Evidencia-se, a partir disso, as imposições materiais, em grande parte regidas pela lógica do capital, que culminam em alterações nas paisagens culturais (i)materiais.

Considerações finais

Por meio do estudo empírico e teórico-metodológico qualitativo, voltado à compreensão da paisagem urbana, das identidades culturais e dos valores histórico-afetivos, pôde-se apreender o caráter patrimonial da paisagem e mensurar (qualitativamente) as implicações que os instrumentos de planejamento e gestão urbana catalisam na *urbe*.

O estudo permitiu a análise da produção do espaço contemporâneo regido pela lógica do capital que, segundo Guerra (2019), encontra nos bairros históricos (onde as afetividades e enraizamentos singulares possuem fortes imagens) fragilidades urbanas, isto é, o capitalismo – bem como aqueles que o gerem/promovem – identifica nas áreas onde os corpos se enraízam e se reconhecem em meio à paisagem, um palco para a disseminação dos meios de produção e relações conflituosas de classes. É no processo de verticalização e incentivo indiscriminado da comercialização dos bairros em que o espaço se encontra em rápido regime de especulação, além de condicionar à paisagem cultural urbana uma quebra da imagem que se constrói na *psique* dos usuários e, por conseguinte, uma fragmentação dos enraizamentos.

Com isso, tornou-se escopo e propósito uma compreensão minuciosa vinculada ao cotidiano dos corpos que usufruem das áreas estudadas, para que assim fosse possível apreender e identificar aquilo conferido enquanto “patrimônio” como “[...] elo de continuidade e preservação do social” (Nogueira, 2014, p. 51). A legitimação da práxis urbana popular, por sua vez, permeia a reconstituição dos processos de formação e ações que se constituem em meio à paisagem.

Revela-se necessário, conforme as análises de campo e bibliográficas, o respaldo legislativo a fim de se promover as permanências dos signos da paisagem, capazes de condicionar o enraizamento. Contudo, com as análises comparativas, observou-se que os instrumentos de planejamento urbano, em detrimento da lógica capitalista de produção do

espaço, configuram-se enquanto agentes transformadores por deterem ideologias, muitas vezes veladas, com promulgações generalistas. O presente estudo não se torna uma especulação desmedida com intuito de inviabilizar o processo de verticalização e/ou comercialização dos bairros, mas uma exposição e compreensão de que os instrumentos dispõem um poder capaz de minimizar (ou não) os efeitos de alteração da imagem dos bairros, sendo um exemplo claro a estipulação da ZE – 2.1 à Vila Casoni, capaz de promover uma ocupação controlada e de incentivar a manutenção dos signos que a constituem.

Aponta-se, assim como desejado por residentes do Shangri-lá, a necessidade de instrumentos que atendam as especificidades das realidades locais e valores que os bairros possuem de forma a gerir as imposições capitalistas em vigência, como exposto pela Entrevistada 7: “A gente sabe que em todos os lugares as obras de engenharia, arquitetura e a urbanização sempre estão em mudança. O que a gente sempre falou em relação a isso é que deve ser de uma forma ordenada” (Cesário et al., 2016c, p. 127).

Em vista disso, reforça-se, aqui, a importância da predominância dos valores socioculturais dos sítios urbanos sobre seu valor – puro e generalista – de mercadoria, viabilizando a permanência das paisagens culturais (i)materiais e, por conseguinte, dos corpos, visto que é em meio aos lugares em que as identidades se constroem, renovam e se relacionam.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. M. **História da Assistência Social aos pobres em Londrina, 1940-1980**. 2002. 544 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Letras de Assis, Assis, 2002.
- ANTONELO, I. T.; DAVI, A. N. O espaço vivido das famílias da ocupação do Córrego Sem-Dúvida – Londrina/Paraná In: MAGNONI JUNIOR, L. et al. (org.) **Ensino de geografia e a redução do risco de desastres em espaços urbanos e rurais**. 1 ed. São Paulo: CPS -Centro Paula Souza, 2022, v.1, p. 350-372.
- AMORIM, W. V. **A produção social do espaço urbano em Londrina – PR: a valorização imobiliária e a reestruturação urbana**. 2011. 287 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2011.
- BOTELHO, A. A cidade como negócio: produção do espaço e a acumulação do capital no município de São Paulo. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, n. 18, p. 15-38, 2º semestre, 2007. Disponível em: <http://ken.pucsp.br/metropole/article/view/8727/6474> . Acesso em: 10 jun. 2020.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 183-191.
- CASTELNOU NETO, A. M. N. Arquitetura das primeiras décadas de Londrina. **UNOPAR Cient., Ciênc. Hum. Educ.**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 65-75, jun. 2000. Disponível em: <https://revista.pgskroton.com/index.php/ensino/article/view/1200> . Acesso em: 19 jun. 2020.
- CESÁRIO, A. C. et al. **Onde o bairro é a casa**. Londrina: COCITEC; IPAC; UEL, 1987.
- CESÁRIO, A. C. et al. **Vila Casoni: retratos de um bairro londrinense**. Londrina: IPAC; UEL, 1988.
- CESÁRIO, A. C. C. et al. Praça 1º de Maio e Jardim Shangri-lá: Patrimônio ambiental urbano em Londrina. In: CESÁRIO, A. C. C.; MAGALHÃES, L. H. (Org.). **Arquitetura e Memória Coletiva: Os sentidos da Modernidade em Londrina: Praça 1º de Maio e Jardim Shangri-lá**. 1ª ed. Londrina: Unifil; Midiograf, 2016a. p. 13-24.
- CESÁRIO, A. C. C. et al. Mercado Municipal Shangri-lá: onde as territorialidades se encontram. In: CESÁRIO, A. C. C.; MAGALHÃES, L. H. (Org.). **Arquitetura e Memória Coletiva: Os sentidos da Modernidade em Londrina: Praça 1º de Maio e Jardim Shangri-lá**. 1ª ed. Londrina: Unifil; Midiograf, 2016b. p. 65-90.
- CESÁRIO, A. C. C.; MAGALHÃES, L. H. (Org.). **Arquitetura e Memória Coletiva: Os sentidos da Modernidade em Londrina: Praça 1º de Maio e Jardim Shangri-lá**. 1ª ed. Londrina: Unifil; Midiograf, 2016c. p. 91-142.
- COMAS, C. E. D. Carlos Eduardo Dias Comas: Um depoimento. **Arqtexto**, Porto Alegre, v. 2, p. 6-17, 1º sem. 2002. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/propar/arqtexto/index.htm> . Acesso em: 17 jun. 2020.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A. et al. (Org.). **A Produção do Espaço Urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51.

CULLEN, G. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70, 2006.

CUNHA, F. C. A. **A metrópole de papel: a representação Londrina Metrópole na institucionalização da região metropolitana de Londrina**. 2005. 240 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2005.

FRESCA, T. M. Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina. **Geografia**, Londrina, v. 11, n. 2, p. 241-264, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6728> . Acesso em: 17 abr. 2020.

GUERRA, K. B. História de vida e o direito ao enraizamento. In: MAIA, A. C. N. (Org.). **História oral e direito à cidade: Paisagens urbanas, narrativas e memória social**. São Paulo: Letra e Voz, 2019. p. 199-219.

HARVEY, D. Dos Corpos e das Pessoas Políticas no Espaço Global. In: HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. 4ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. p. 132-178.

HILTON, J. **Horizonte Perdido**. Trad. Francisco Machado Vila e Leonel Vallandro. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

JORNAL PARANÁ-NORTE. Edital: Loteamento de Imóveis. **Paraná-Norte**, Londrina, p. 6, 19 jun. 1938. Acervo: Museu Histórico de Londrina. Disponível em: <http://www.pergamum.cultura.pr.gov.br/pergamum-seec/vinculos/0000f8/0000f86a.pdf> . Acesso em: 03 abr. 2020.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 3ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.

LAMOUNIER, A. A. **Atmosferas de ruas: identificação de componentes e qualidades em Londrina-PR**. 2006. 274f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000123285> . Acesso em: 19 jun. 2020.

LONDRINA. Lei nº 133, de 07 de dezembro de 1951. **Dispõe sobre arruamentos, loteamentos, zoneamentos e dá outras providências**. Disponível em: http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/ippul/leis_historicas/lei_133_final.pdf . Acesso em: 29 jun. 2020.

LONDRINA. Lei nº 281, de 26 de outubro de 1955. **Código de Obras do Município de Londrina, 1955**. Disponível em: <http://www2.cml.pr.gov.br/cons/lnd/leis/1955/L00281.htm> . Acesso em: 29 jun. 2020.

LONDRINA. Lei nº 10.637, de 24 de dezembro de 2008. Institui as diretrizes do Plano Diretor Participativo do Município de Londrina - PDPML e dá outras providências. Londrina: **Câmara Municipal de Londrina**, 2008. Disponível em: <https://www1.cml.pr.gov.br/leis/2008/web/LE106372008consol.html> . Acesso em: 29 jun. 2020.

LONDRINA. Lei nº 11.381, de 21 de novembro de 2011. Institui o Código de Obras e Edificações do Município de Londrina: **Câmara Municipal de Londrina**, 2011. Disponível

em: <https://www1.cml.pr.gov.br/leis/2011/web/LE113812011consol.html> . Acesso em: 29 jun. 2020.

LONDRINA. Lei nº 12.236, de 29 de janeiro de 2015. Dispõe sobre o Uso e a Ocupação do Solo no Município de Londrina e dá outras providências: **Câmara Municipal de Londrina**, 2015. Disponível e: <https://www1.cml.pr.gov.br/leis/2015/web/LE122362015-anexomapa.pdf> . Acesso em: 29 jun. 2020.

LOPES, A. C. As margens do progresso: A expansão urbana de Londrina nas representações de moradores de um bairro popular as margens da cidade. **Antíteses**, Londrina, v. 3, n. 5, p. 553-585, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/2012> . Acesso em: 26 jun. 2020.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1960.

NASCIMENTO, T. F.; COSTA, B. P. Fenomenologia e geografia: teorias e reflexões. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 20, n. 3, p. 43-50, set./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/20152> . Acesso em: 13 jun. 2020.

NOGUEIRA, A. G. R. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Antíteses**, Londrina, v. 7, n. 14, p. 45-67, dez. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/19969> Acesso em: 15 jun. 2020.

OLIVEIRA, C. S. Arquitetura em Londrina: Formas e Desejos de Modernidade. In: CESÁRIO, A. C. C.; MAGALHÃES, L. H. (Org.). **Arquitetura e Memória Coletiva: Os sentidos da Modernidade em Londrina: Praça 1º de Maio e Jardim Shangri-lá**. 1ª ed. Londrina: Unifil; Midiograf, 2016. p. 25-44.

OLIVEIRA, C. S.; ANTONELLO, I. T. Imposições de novos empreendimentos: uma desapropriação patrimonial dos espaços – o caso da Vila Casoni, Londrina/PR. **Formação (Online)**, v. 28, n. 53, p. 321-344, 2021.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L.; HOSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 12-74.

UNESCO. **Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana**. Paris: UNESCO, 2011.

UNFRIED, R. A. R. **Fotografia e documentação urbana: as imagens de Oswaldo Leite como auxiliares na recuperação de fragmentos históricos de Londrina**. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Londrina, 2016.

YAMAKI, H. et al. Reabilitação Urbana Vila Casoni: Vilas como Transformações Aditivas. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 22, n. 1, p. 75-82, set. 2001. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/3887/3124> . Acesso em: 15 jun. 2020.

YAMAKI, H. (coord.). **Plano de Preservação do Patrimônio Cultural de Londrina: Documento para Discussão**. Londrina, 2003.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ZANI, A. C. **Arquitetura em madeira**. 1ª Ed. Londrina: Eduel, 2013.

CRedit Author Statement

Reconhecimentos: Aos moradores e usuários da Vila Casoni e Shangri-lá, que prontamente se dispuseram à pesquisa.

Conflitos de interesse: Não há.

Aprovação ética: Sim. À época de realização da pesquisa, não havia exigências de avaliação por comitê de ética às pesquisas de iniciação científica na instituição.

Disponibilidade de dados e material: Estão disponíveis via solicitações por e-mail e assinatura de termo de compromisso de tratamento de dados das entrevistas.

Contribuições dos autores: Primeira autora: realização da pesquisa e escrita do artigo. Segunda autora: orientação acadêmica, correção e revisão do artigo.
